

Correio da Justiça do Trabalho



Ano 2 – Número 44 – 10 de setembro de 2012

PJe-JT

Processo Judicial Eletrônico já é realidade em Minas Gerais

O TRT da 3ª Região (MG) começou a utilizar o PJe-JT para mandados de segurança (2º grau) e para novos processos na Vara do Trabalho de Nova Lima (1º grau). A primeira ação trabalhista no estado foi protocolizada em segundos pela internet, na quarta-feira dia 5 de setembro, durante a cerimônia de instalação do sistema realizada na sede do Regional em Belo Horizonte.

A rapidez no ingresso do primeiro processo eletrônico exemplificou a definição do PJe-JT feita a jornalistas pelo presidente do TST e do CSJT, ministro João Oreste Dalazen. “Com certeza não é a informatização da burocracia. Ao contrário, é a informatização da racionalidade e da simplificação de procedimentos judiciais para conferir maior rapidez na solução dos litígios trabalhistas”, afirmou. O presidente considera a celeridade na tramitação dos autos e a economia de gastos públicos como significativas vantagens entre as várias proporcionadas pelo sistema.

Para a presidente do TRT-MG, Deoclecia Amorelli Dias, o processo eletrônico trará aos magistrados maior segurança e agilidade no exercício da função jurisdicional. “As atividades por eles desempenhadas estarão diretamente ligadas ao âmago dos processos, indo além das tarefas de natureza burocrática”.

O próximo TRT a instalar o PJe-JT é o da 6ª Região (PE). A Vara do Trabalho escolhida no estado para ser a primeira a utilizar o sistema fica em Igarassu, a 36 km de Recife. [Saiba mais sobre a inauguração aqui.](#)

Novo 0800 exclusivo do PJe-JT - Os usuários do PJe-JT contam com um novo número de telefone para atendimento exclusivo de dúvidas sobre a utilização do sistema. O número é o **0800 – 606 – 4434**. O horário de atendimento vai das 7h às 19h. Não são prestadas informações sobre sistemas específicos de TRTs ou de módulos do PJe utilizados por outros ramos do Poder Judiciário.

(Patrícia Resende/CSJT)



A presidente do TRT-MG, Deoclecia Amorelli Dias, e o presidente do TST e do CSJT, João Oreste Dalazen

Caros (as) colegas



O Tribunal Superior do Trabalho suspende suas atividades normais nesta semana, entre os dias 10 e 14 de setembro de 2012, para **refletir** e eventualmente revisar ou atualizar questões pontuais de sua jurisprudência, assim como para aprovar ou propor aprovação de normas relevantes para a Corte ou para a Justiça do Trabalho.

Em todas as atividades humanas, como é de intuitiva percepção, a reflexão crítica e a autoavaliação mostram-se essenciais ao desenvolvimento pessoal ou institucional. Igualmente no TST, cujas funções primordiais são o controle da legalidade e a uniformização da jurisprudência pátria, essa realização faz-se imprescindível.

Nesta nova edição do evento, recebemos centenas de sugestões das mais diversas origens: os próprios ministros, outros magistrados, advogados, sindicatos, federações, servidores e estudantes. Todos interessados em participar do debate sobre aspectos relevantes da atuação do Tribunal.

A revisão crítica e periódica de seus posicionamentos constituirá rotina sempre proveitosa, quer realizada pelos Tribunais Regionais do Trabalho, quer pelos magistrados individualmente tomados.

Esta quadra do século XXI não admite, como sabemos, juízes isolados, encastelados ou alheios à sociedade a que servem. A permanente autocrítica, com vistas à realidade que nos envolve, construirá um Judiciário mais efetivo. Abraço!

Ministro João Oreste Dalazen
Presidente do Tribunal Superior do Trabalho
e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho

Notícias

Implantação do PJe-JT no TST prevista para o início do próximo ano

A futura implantação do Processo Judicial Eletrônico da Justiça do Trabalho (PJe-JT) no TST, prevista para o início do próximo ano judiciário, permitirá atingir o objetivo principal do projeto, que é unir a Justiça do Trabalho por meio de um sistema único, ressaltou o ministro Augusto César Leite de Carvalho, coordenador do Grupo de Trabalho de Especificação de Requisitos para o Processo Judicial Eletrônico do TST (GRPJe/TST). Para o ministro, a implantação “será um avanço extraordinário. O sistema criará uma base única de dados e permitirá a visualização por todas as instâncias igualmente”, afirmou.

O GRPJe/TST está agora trabalhando numa proposta de funcionalidades para o módulo de terceiro grau do PJe-JT. O Grupo se reuniu dia 28 de agosto para avaliar o que precisa ser feito para adequar o módulo de segundo grau à realidade do TST. O GRPJe/TST foi criado em julho e deve finalizar a proposta até outubro.

Composto por magistrados e servidores de gabinetes de ministros e de Tecnologia da Informação, o grupo também sugerirá medidas para a adequação do PJe-JT aos requisitos legais. Além disso, proporá estratégias a serem utilizadas na implantação, manutenção e demais ações necessárias à operação do sistema no TST. Assim, será possível viabilizar o recebimento de eventuais recursos contra decisões de TRTs proferidas via PJe-JT.

Entre muitas vantagens, o sistema possibilitará às partes o acompanhamento de todas as etapas do processo pela internet. Como um sistema único, integrando toda a JT, também será possível se comunicar com sistemas de outros órgãos da Administração Pública, como Ministério Público do Trabalho, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Correios.

(Ricardo Reis /TST e Patrícia Resende/CSJT)



Notas

Enamat conclui 2º Curso para multiplicadores regionais em PJe-JT

O diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho (Enamat), ministro Aloysio Corrêa da Veiga, conclamou os 40 participantes do 2º Curso de Formação de Formadores (CFF) em PJe-JT para Multiplicadores Regionais, a se engajarem na "força divulgadora dessa mudança histórica na Justiça do Trabalho". O curso foi ministrado de 3 a 5 de setembro, na Escola.

Para o ministro, o PJe-JT transforma o modelo atual e provoca um rompimento na relação jurídico-processual na Justiça do Trabalho. "Trata-se de uma mudança de paradigma que trará maior efetividade e eficiência na prestação jurisdicional". Dos 40 participantes do curso, 14 eram desembargadores e 26 juízes que passaram a integrar a "Força Tarefa" criada pela Enamat, com o objetivo de capacitar multiplicadores de conhecimentos.

(Cláudia Valente/Enamat)

Gestores definem requisitos para o Caderno Administrativo do DEJT

O Comitê Gestor do Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho (CG-DEJT) e as Equipes de Apoio ao Projeto de Modernização e de Análise de Requisitos do Caderno Administrativo reuniram-se, de 28 a 30 de agosto, em Brasília, para definir e aprovar os requisitos do Caderno Administrativo do DEJT.

O modelo estabelecido será encaminhado à fábrica de software contratada para desenvolvimento. A conclusão dos trabalhos está prevista para o final do ano. Quando o caderno estiver pronto, serão realizados treinamentos de multiplicadores para difusão de conhecimento sobre a utilização da ferramenta. Atualmente, 19 TRTs publicam regularmente suas matérias no DEJT. A implementação do Caderno Administrativo removerá um entrave e servirá de incentivo aos TRTs da 1ª, 2ª, 11ª, 12ª e 14ª Regiões, que publicam suas decisões apenas em seus próprios diários, a passarem a fazê-lo também no DEJT.

(Ascom/CSJT)

Fale com o presidente
caroscolegas@tst.jus.br

Expediente



Presidente

Ministro João Oreste Dalazen

Vice-Presidente

Ministra Maria Cristina Irigoyen Peduzzi
Corregedor-Geral da Justiça do Trabalho
Ministro Antônio José de Barros Levenhagen

Correio da Justiça do Trabalho

Ano 2 – Número 44 – 10 de setembro de 2012

Secretaria de Comunicação Social do TST

Assessoria de Comunicação do CSJT

Contato: caroscolegas@tst.jus.br

TST reduz seis meses na tramitação processual

Nos últimos dois anos, o TST diminuiu em seis meses (180 dias) o prazo de tramitação dos processos. Com média de permanência de 663 dias em 2010, os processos atualmente ficam 483 dias no TST. Os números foram apresentados dia 31 de agosto na 2ª Reunião de Análise da Estratégia (RAE) de 2012, que tem por objetivo verificar o cumprimento das 32 metas previstas no Plano Estratégico do TST.

Além da avaliação positiva quanto à tramitação dos processos, foram destacados os êxitos do Tribunal na diminuição do consumo de energia, água e papel, e no aumento do índice de responsabilidade social. Os resultados, de acordo com o secretário-geral da presidência, juiz Rubens Curado, são fruto do esforço e do empenho de todos com o cumprimento das metas.

Consumo - Em relação ao consumo de água, a economia foi considerada significativa nos últimos dois anos. Em 2010, o consumo foi de 13,09 m³ por usuário. Nos primeiros seis meses deste ano, o índice foi de 5,64 m³, o que dá uma projeção de 11,28 m³ até o final de 2012. Para alcançar esse resultado, foram colocadas em prática medidas como regulagem e controle da vazão de água, e construção de um poço para armazenar água destinada a lavar os carros oficiais, a garagem e molhar a grama.

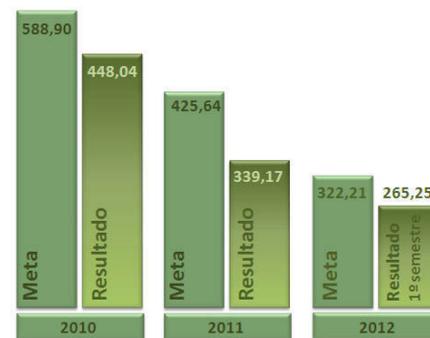
A economia se deu também quanto à energia. Nos primeiros seis meses deste ano, o consumo foi de 1.087 kwh por usuário no Tribunal, o que resulta em uma projeção de 2.174 kwh para 2012, contra 2.279 kwh em 2010. O consumo de papel também já foi reduzido: 8.357 resmas de papel no primeiro semestre, o que dá uma projeção de 16.714 resmas para este ano, 3.438 a menos do que o gasto de 2010. Economia alcançada com a implantação do processo eletrônico e de campanhas de reciclagem de papel realizadas no TST. [Veja os resultados do cumprimento das metas 2012 apresentadas na 2ª RAE.](#)

(Augusto Fontenele/TST)



Meta 18 - IMJ (Índice Médio de Julgados)

Reduzir de 339,17 para 322,21 dias o tempo médio de tramitação entre a primeira conclusão e o primeiro julgamento do processo judicial.



Trabalho Infantil



jovem, serão discutidas propostas com o objetivo de erradicar o trabalho infantil no Brasil e no mundo.

As inscrições podem ser feitas no hotsite, que também traz a programação, apresentação, notícias e biblioteca, onde podem ser encontrados websites de instituições envolvidas com o tema, e normas relacionadas. O evento é destinado a magistrados, procuradores, organizações não governamentais, auditores fiscais do trabalho, servidores, professores e estudantes.

Continuam abertas as inscrições para o Seminário Trabalho Infantil, Aprendizagem e Justiça do Trabalho

As inscrições para o Seminário Trabalho Infantil, Aprendizagem e Justiça do Trabalho continuam abertas no hotsite do evento (<http://www.tst.jus.br/web/trabalho-infantil/inicio>). O Seminário ocorrerá de 9 a 11 de outubro, no Plenário do TST, e é uma promoção conjunta do Tribunal e do CSJT. As inscrições são gratuitas e limitadas.

Por meio de painéis de discussões com especialistas de diversas áreas relacionados à erradicação do trabalho infantil e à utilização da aprendizagem como instrumento de profissionalização e crescimento sadio do

Na apresentação, a Justiça do Trabalho assume "deveres e compromissos importantes" na luta para erradicar o trabalho infantil. O Seminário "é o primeiro passo de um conjunto de ações que agora integram as prioridades do TST e do CSJT, e ocupa o lugar de marco histórico pelas dimensões e importância do tema que será tratado em três dias de intenso debate".

A intenção é sensibilizar e instrumentalizar os juizes do trabalho, seus servidores e o conjunto da sociedade, para reconhecer o trabalho infantil como grave forma de violação de direitos humanos, e a responsabilidade de todos no seu combate e erradicação.

(Augusto Fontenele e Marta Crisóstomo/TST)